



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-Eixo: Ênfase em Formação Profissional.

ESTÁGIO E SUPERVISÃO EM SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE A PARTIR DAS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS

Maicow Lucas Santos Walhers¹
Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi²
Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira³

Resumo: O estágio supervisionado em Serviço Social, atividade curricular significativa na formação, adquire maior centralidade a partir das Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Essa compreensão é produto do redirecionamento histórico, sobretudo a partir do Movimento de Reconceituação. Neste contexto sócio-histórico, este estudo apresenta os avanços da profissão tendo como foco a supervisão de estágio.

Palavras-chave: Serviço Social; Estágio Supervisionado; Supervisão de Estágio; Trabalho.

Abstract: The supervised internship in Social Work, a significant curricular activity in the formation, acquires greater centrality from the ABEPSS Curricular Guidelines. This understanding is a product of historical redirection, especially from the Movement of Reconceivation. In this socio-historical context, this study presents the advances of the profession focusing on the supervision of internship.

Keywords: Social Work; Supervised internship; Stage Supervision; Job.

Introdução

No estudo do processo de formação profissional do assistente social, a compreensão do contexto político-sócio-econômico, bem como do trabalho e suas implicações é determinante. Neste aspecto, é necessário pensar as atuais transformações do mundo do trabalho a partir da reestruturação produtiva do capital e seus rebatimentos no Serviço Social: na sua forma de organização político-organizativa, nas respostas profissionais diante do agravamento da questão social, nos rebatimentos da precarização do trabalho na vida da classe trabalhadora, que requerem os serviços sociais via política pública e na defesa da qualidade da formação profissional em Serviço Social., que o solidifica e o materializa na contemporaneidade enquanto profissão socialmente necessária.

O atual processo de reestruturação do capital e como o Serviço Social se insere nesta conjuntura política e econômica, almejando concretizar os princípios e diretrizes do projeto ético-político, principalmente na formação profissional, enquanto espaço de

¹ Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual Paulista - Campus Franca (SP), E-mail: maicow.assistentesocial@live.com.

² Estudante de Pós-Graduação, Universidade Estadual Paulista - Campus Franca (SP), E-mail: maicow.assistentesocial@live.com.

³ Professor com formação em Serviço Social, Universidade Estadual Paulista - Campus Franca (SP), E-mail: maicow.assistentesocial@live.com.

desenvolvimento de competências e habilidades fundamentais a intervenção profissional, se constitui num dos eixos temáticos abordados neste trabalho.

Em conformidade com o objetivo deste trabalho, o destaque será para a centralidade do estágio supervisionado e a importância da supervisão de estágio na efetivação da unidade entre teoria e prática, ao propiciar a inserção do estagiário no espaço sócio-ocupacional, enquanto locus de desenvolvimento da autonomia por meio do processo de ensino-aprendizagem. Após, serão apresentados alguns desafios do mundo do trabalho na preservação da formação profissional, conforme preconizado pela categoria através das diretrizes curriculares do curso de Serviço Social.

1. Estágio supervisionado, sua centralidade e significados na contemporaneidade

O estágio supervisionado em Serviço Social assume um novo patamar na formação profissional a partir da nova lógica curricular preconizada pelas Diretrizes Curriculares, construídas em 1996. Elas sinalizam o compromisso da profissão com o projeto ético-político e a necessidade de um perfil profissional em âmbito nacional que seja capaz de desenvolver competências e habilidades que contribuem para a apreensão dos processos sociais em sua totalidade histórica, nos níveis conjunturais e estruturais.

As Diretrizes Curriculares preconizam que o assistente social seja dotado de conhecimentos que permitam uma aproximação do real, materializados pelos processos sociais macroeconômicos e societários e como esses fenômenos se articulam nas formas de luta e sobrevivência da classe trabalhadora e, ainda, como se expressam no processo histórico-social da luta de classes e busca pela legitimação dos seus projetos societários antagônicos.

Descobrir na vida social as possibilidades parcialmente ocultas, dadas pelas formas de resistência e de defesa da vida, pela pressão social, pela invenção da prática social cotidiana realizada pelos indivíduos sociais, as quais permitem vislumbrar novos rumos sociais e formas de sociabilidade que estão sendo construídos no presente, rompendo com possíveis amarras que ameacem esterilizar as ações profissionais. (IAMAMOTO, 1998, p. 172).

Enquanto espaço privilegiado da formação profissional, o estágio é considerado como um dos momentos de síntese da relação entre o conhecimento construído ao longo do curso de Serviço Social e a realidade experienciada através da inserção no campo de estágio, pois o estagiário está em processo de ensino-aprendizagem, dotado de capacidade para reflexão sobre as possibilidades de intervenção, os limites apresentados pela dinâmica societária e suas contradições, além da análise crítica da profissão enquanto particularidade da divisão sociotécnica do trabalho coletivo.

O estágio curricular é colocado no foco dos debates da categoria profissional, principalmente a partir da discussão e construção das Diretrizes Curriculares e da compreensão do seu papel no processo educativo e formativo, diante da inerente dimensão interventiva da profissão. O conhecimento é um importante elemento para a efetivação do estágio, que passa a ser considerado, enquanto conhecimento útil, capaz de instrumentalizar o estagiário para intervenção profissional, numa perspectiva de totalidade conforme nos coloca autora:

A totalidade, enquanto categoria da Teoria Social de Marx, conduz ao conhecimento da unidade do real que representa uma compreensão mais específica de cada campo ou particularidade desse real. [...] Implica uma complexidade em que cada fenômeno só pode ser reconhecido e compreendido como um momento definido e em relação com outros fenômenos. (BOURGUIGNON, 2006, p. 47)

Dessa forma, não se caracteriza em qualquer conhecimento, mas aquele que se assenta em uma matriz teórica que historicamente a profissão se apropriou a partir da década de 1980, com o projeto ético-político, sendo portanto um conhecimento com compromisso político com a luta revolucionária, capaz de apreender os fenômenos sociais nos seus mais diversos níveis de relação com o real, na sua estrutura com a lógica da sociedade capitalista, ou seja, em sua essência.

Conhecimento que por ser comprometido com as lutas sociais permite aproximar da realidade por meio da interlocução com a universidade e o campo de estágio, transformando o real em concreto pensado, através da síntese de múltiplas determinações.

O concreto é concreto porque é síntese de múltiplas determinações, isto é, unidade do diverso. Por isso o concreto aparece no pensamento como o processo de síntese, como resultado, não como ponto de partida, ainda que seja o ponto de partida efetivo, e, portanto, o ponto de partida também da intuição e da representação. (MARX, 1982, p. 14)

Essa é a perspectiva elucidada pelas diretrizes curriculares do curso de Serviço Social ao estabelecer a articulação entre os diferentes núcleos de fundamentação e os conteúdos do processo formativo no curso de Serviço Social. O estágio supervisionado passa a ser um dos espaços privilegiados para essa síntese, a partir da inserção do estagiário no espaço socioinstitucional, mediante a articulação da supervisão de campo e acadêmica e da “adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade”. (ABEPSS, 1996, p. 7). Essa unidade se configura como desafio para a categoria, representada pela sua organização política através Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS, que tem se articulado em defesa do projeto de formação profissional:

Segundo informações da ABEPSS em relação ao projeto de formação acadêmico-profissional reclama-se a necessidade de aprofundamento teórico-metodológico das matrizes de análise, especialmente do método crítico dialético e respectivo acervo categorial; do significado dos núcleos como estruturantes da formação; dos fundamentos do Serviço Social, articulando as dimensões de história, teoria e método; a necessidade de reforço de conteúdos relativos à formação social brasileira, a compreensão da transversalidade da ética e da pesquisa e o estágio supervisionado. (IAMAMOTO, 2014, p. 630).

Enquanto atividade planejada por meio do plano de estágio e da articulação entre os diversos sujeitos partícipes do processo de ensino-aprendizagem – supervisor campo, estagiário e supervisor acadêmico, o estágio deve contribuir para a consolidação de um espaço para o desenvolvimento da autonomia, do senso crítico e da troca entre esses sujeitos, sendo um espaço de reflexão sobre a realidade social e construção de possibilidades de intervenção profissional.

Assim, pode-se afirmar que o desafio presente nesta forma de conceber o estágio supervisionado é romper com o paradigma de uma atividade direcionada majoritariamente para a informação teórica e a prestação de serviços por meio do exercício profissional. O estágio, além desta prerrogativa, deve centrar-se no estudo dos elementos históricos e conceituais ministrados no curso de Serviço Social, aproximando-se de situações reais e experiências cotidianas, na tentativa de compreendê-las em suas múltiplas determinações e, dentro da realidade político-institucional, apresentar criativamente propostas de enfrentamento das expressões da questão social (OLIVEIRA, 2000, p. 103-104)

Apesar dos avanços, percebemos que a realidade social tem desafiado os assistentes sociais na luta pela consolidação do projeto profissional, frente ao agravamento da questão social, entre elas, destaca-se o redimensionamento da relação entre o público e o privado, provocando, a partir do neoliberalismo, o desmonte dos direitos sociais e sua mercantilização, como se observa na educação brasileira.

Diante desta realidade social, onde o Estado intensifica seu papel na garantia do processo de reprodução do capital, o ensino passa a ser valorizado enquanto mercadoria e não como direito. Isto se dá através do incentivo ao ensino privado na modalidade presencial e à distância, em detrimento do ensino público que sofre com os cortes de verba e o sucateamento do ensino.

A partir desse contexto, o Serviço Social tem procurado preservar a qualidade da formação profissional e nela inserida o estágio supervisionado. Com a construção da Política Nacional de Estágio – PNE, reforça a centralidade estabelecida nas diretrizes curriculares. Vale ressaltar que, antes da formulação das Diretrizes Curriculares e da PNE, a discussão acerca do estágio e do processo de supervisão não tinha destaque dentro da categoria e, a partir da criação das mesmas, o estágio passa a ter maior visibilidade, sendo mais discutido e possuindo mais publicações acadêmicas em congressos e periódicos. Elas estão em consonância com o projeto ético-político e com a formação profissional. Outro avanço está na definição dos papéis dos sujeitos envolvidos no processo de supervisão, que

antes não havia muita clareza. E trata da questão do estágio obrigatório e não-obrigatório. Também concretiza a visão de educação defendida pela categoria profissional. Dessa forma, a PNE se estabelece:

I. propor e coordenar a política de formação profissional na área de Serviço Social que associe organicamente ensino, pesquisa e extensão e articule a graduação com a pós-graduação; II. fortalecer a concepção de formação profissional como um processo que compreende a relação entre graduação, pós-graduação, educação permanente, exercício profissional e organização política dos assistentes sociais; III. contribuir para a definição e redefinição da formação do assistente social na perspectiva do projeto ético-político profissional do Serviço Social na direção das lutas e conquistas emancipatórias; IV. propor e coordenar processos contínuos e sistemáticos de avaliação da formação profissional nos níveis de Graduação e Pós-Graduação. (ABEPSS, 2008, online).

Observamos o salto qualitativo com a construção coletiva da PNE, defendendo os princípios da categoria em relação à formação profissional, reforçando o perfil que se deseja formar alicerçada na matriz teórica marxista e a definição dos papéis dos sujeitos no processo de ensino-aprendizagem. É inegável que o estágio está no centro das preocupações da categoria profissional. Vale destacar a importância da resolução CFESS 533 de 2008, que trata da supervisão direta de estágio, o que vem reafirmar o caráter educativo do estágio e sua qualidade, ao estabelecer que a supervisão não pode se realizar a distância.

Diante das contradições da nossa sociedade, percebemos que o estágio supervisionado ainda não tem ocupado esse destaque, conforme defendido pela categoria na realidade social. Ao analisarmos os desafios postos para sua efetivação, com o avanço do ensino à distância que, além de precarizar a formação profissional, através de uma formação tecnicista, aligeirada e fragmentada, aumenta o número de estagiários na procura de campo de estágio.

Aliado a esse processo, temos a sua mercantilização através da proliferação do ensino privado em diferentes modalidades. O sucateamento do ensino superior público e as condições de trabalho dos assistentes sociais supervisores têm desafiado o Serviço Social na preservação da qualidade da formação em sua totalidade e alicerçada no projeto ético-político profissional.

2. Desafios para a supervisão de estágio frente às mudanças do mundo do trabalho

As condições em que o estágio é planejado e desenvolvido são relevantes, pois os sujeitos partícipes da referida atividade estão inseridos em uma sociabilidade capitalista, competitiva, permeada de desigualdades sociais e que prioriza a ampliação do lucro, a acumulação de riquezas nas mãos de poucos, em detrimento da exploração de muitos

trabalhadores. Vivencia-se um contexto de constante degradação do mundo do trabalho como um todo e de precarização da educação.

Nessa realidade antagônica, permeada de lutas de classes e desigualdades sociais, está inserido o processo de formação profissional, o estágio e a supervisão. O processo de supervisão não propicia somente que o discente construa a dimensão técnica e operativa do trabalho, do fazer profissional, mas também torna-se possível a construção teórico-metodológica e ético-política, compreendendo que essas dimensões compõem a atuação profissional. No decorrer do estágio, o discente poderá compreender e construir as dimensões teórico-metodológica e ético-política por meio de formulação de projetos, ações, intervenções, criação de estratégias que necessitam de embasamento teórico e de uma postura ética e política em consonância com os princípios da categoria. Tem-se que a supervisão deve ocorrer na perspectiva dialética, de totalidade, e este processo deve expressar a dimensão teórico-prática da formação profissional.

Ressalta-se que o trabalho possui um significado central na vida do homem; inicialmente surge para satisfazer suas necessidades por meio da transformação da natureza, sobretudo, através da prévia-ideação, ele pensava os resultados de sua ação, sendo possível satisfazer suas necessidades e posteriormente criar novas necessidades. Contudo, com o advento da sociedade capitalista, o homem inicia o desenvolvimento de um trabalho alienado, o que o homem produz não pertence mais a ele, pertence ao capitalista que compra a sua força de trabalho, controla suas ações e restringe sua criatividade em detrimento da realização de tarefas repetitivas. Nessa sociabilidade, o consumismo impera, sendo criadas a cada dia novas necessidades.

Nesse sentido, faz necessário realizar uma breve contextualização acerca do processo de reestruturação na sociedade capitalista e das condições de trabalho do assistente social, pois esses fatores rebatem diretamente no processo de formação profissional, no desenvolvimento do estágio supervisionado e na futura atuação profissional do assistente social.

A sociedade capitalista e suas mais recentes estratégias de reprodução em escala ampliada vêm alterando substancialmente as condições e relações de trabalho profissional, o cotidiano profissional, o padrão e a condição das políticas sociais, o processo de formação profissional, os estágios supervisionados e os processos de supervisão. (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 15).

O processo de reestruturação do capital e as transformações societárias condicionam e modificam o mundo do trabalho como um todo, inclusive o trabalho do (a) assistente social, refletindo na qualidade do mesmo.

A profissão está inserida na divisão sócio-técnica do trabalho. O assistente social é um trabalhador liberal, mas que compõe a classe trabalhadora e, conseqüentemente, é um profissional assalariado. Para Iamamoto (2008, p. 87), “[...] o acesso ao trabalho

continua sendo uma condição preliminar de sobrevivência da maioria da população, alijada de outras formas de propriedade que não sejam sua capacidade de trabalho”.

Na realidade brasileira, tornou-se comum que o assistente social, enquanto trabalhador especializado, que vende sua força de trabalho, seja contratado por entidades majoritariamente de caráter empresarial ou estatal. Destarte, podendo trabalhar no setor público ou privado, atuando nas políticas sócio-assistenciais, buscando em todas as áreas de atuação a efetivação de direitos do usuário de determinado serviço.

A atuação do assistente social realiza-se em organizações públicas e privadas e em diferentes áreas e temáticas, como: proteção social, educação, programas socioeducativos e de comunidade, habitação, gestão de pessoas, segurança pública, justiça e direitos humanos, gerenciamento participativo, direitos sociais, movimentos sociais, comunicação, responsabilidade social, marketing social, meio ambiente, assessoria e consultoria, que variam de acordo com o lugar que o profissional ocupa no mercado de trabalho, exigindo deste um conhecimento teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo. (PIANA, 2009, p. 86).

O fato de o setor público ou privado comprarem a força de trabalho do assistente social é um fator determinante e interfere diretamente nas condições de trabalho e no desenvolvimento das ações profissionais. Pois, cada área de atuação e espaço sócio-ocupacional possui suas particularidades, exige e determina do profissional uma determinada intervenção e organização.

Ressalta-se que, no século XXI, presencia-se um momento histórico permeado por profundas desigualdades sociais, além de transformações societárias que acarretam desafios para a classe trabalhadora.

Cresce o problema central do mundo contemporâneo, sob o domínio do grande capital financeiro em relação ao capital produtivo: o desemprego e a crescente exclusão de contingentes expressivos de trabalhadores, da possibilidade de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, que se torna estreito em relação à oferta de força de trabalho disponível. Essa redução do emprego, aliada à retração do Estado em suas responsabilidades públicas no âmbito dos serviços e direitos sociais, faz crescer a pobreza e a miséria, passa a comprometer os direitos sociais e humanos, inclusive o direito à própria vida. (IAMAMOTO, 2008, p. 87).

Diante de tal contexto neoliberal, faz-se imprescindível analisar os embates com que a atuação profissional de assistentes sociais se depara na contemporaneidade.

Os ataques à classe trabalhadora também rebatem nas novas requisições profissionais do Serviço Social, que vê o/a assistente social como “um (a) gerenciador do caos” ou seja, um (a) profissional requisitado pelas políticas sociais focalizadas e precarizadas. Com isso, o profissional está exposto ao trabalho em equipes reduzidas, com ausência de recursos e condições de trabalho, vivenciando os aspectos mais perversos da terceirização dos serviços e, por vezes recebendo baixos salários, situações de assédio moral, culpabilização pela alta demanda atendida e falta de respostas coletivas das políticas sociais. (PINA, 2016, p. 05).

O assistente social, ao conhecer e compreender a realidade social a qual o usuário está inserido, presencia em seu cotidiano profissional as expressões da questão social presentes na sociedade capitalista, como: a miséria, a fome, a violência e a violação de direitos.

As expressões da questão social são a fonte das demandas de trabalho do assistente social. Nesse sentido, é necessário que o profissional esteja embasado teoricamente e atento às mudanças na realidade local, regional, nacional e global, buscando enfrentar essas demandas por meio das políticas sociais, com intuito de solucionar e/ou amenizar situações precárias da vida da população. Contudo, não deve somente executar essas políticas, o profissional deve romper as ações burocráticas do cotidiano, que não possuem um olhar acerca da totalidade, atrasam o desenvolvimento do trabalho e, concomitantemente, podem prejudicar a efetivação das políticas sociais.

Observa-se que as políticas públicas estão cada vez mais focalizadas e precarizadas, tornando-se frequente a ausência de recursos: financeiro, material e humano, para atender as demandas existentes e buscar a efetivação de direitos da população.

O Estado vem transferindo muitas de suas responsabilidades para a sociedade civil, culpabilizando os indivíduos, ou seja, a culpa de estar inserido em determinada situação passa a ser da própria pessoa, como se a mesma não tivesse se esforçado o suficiente e, por isso, merecesse estar em tal situação, evidenciando a meritocracia como solução dos problemas. Porém, vivencia-se uma sociedade desigual nas oportunidades e no acesso a direitos sociais básicos.

A desigualdade social sempre existiu e existirá na história da humanidade; e uma forma de combatê-la é minimizá-la através da efetivação de direitos sociais e da melhor distribuição de renda. Desta forma, as riquezas produzidas por meio do trabalho não estariam concentradas nas mãos de poucos, dos detentores do capital, mas em todos aqueles que participaram desse processo de produção de riquezas, ou seja, os trabalhadores. Ressalta-se a reflexão da autora Iamamoto (2008, p. 161)

Diante dessa crescente restrição de capacidade de atendimento, o assistente social, por estar inserido na ponta final da prestação de serviços, vê-se, institucionalmente, cada vez mais compelido a exercer funções de um juiz rigoroso da pobreza, técnica e burocraticamente conduzida, como uma aparente alternativa à cultura do arbítrio e do favor.

A conjuntura não impossibilita totalmente as ações profissionais, mas propicia desafios e possibilidades. Essas possibilidades de enfrentamento estão presentes na

realidade social concreta, contudo, não estão postas de forma fácil e evidente, pois é preciso que o profissional possua uma leitura crítica e de totalidade acerca da realidade, buscando compreender, desvelar e apropriar-se da mesma, transformando-a em projetos de trabalhos críticos e propositivos.

Diante dessa realidade, torna-se necessário que a categoria profissional se mobilize, acione os órgãos representativos da profissão, reivindique melhores condições de trabalho tanto no setor público como no privado, com o intuito de evitar o trabalho alienado e desburocratizar as ações, prezando por uma intervenção profissional crítica, reflexiva e de qualidade.

Vale salientar que, com o avanço do neoliberalismo, sobretudo na década de 1990, foi criada uma nova forma de organização que alterou os modos de produção no âmbito mundial. Destarte, alterou também a configuração, o papel do Estado brasileiro que passou a transferir muitas de suas responsabilidades para o terceiro setor e, esta realidade, refletiu diretamente no desenvolvimento das políticas sociais que deveriam possuir um caráter universal e passam a ser focalizadas e influenciou também nas condições de trabalho de diversas profissões, dentre elas o Serviço Social.

Tem-se que, tanto no setor público como no setor privado, os profissionais vivenciam em seu cotidiano profissional diversos limites, tais como: a ausência de infraestrutura física adequada, vasta demanda de trabalho para poucos profissionais contratados, extinção de postos de trabalho, cobranças exacerbadas para a realização de atividades rotineiras e burocráticas (que não prezam por uma reflexão crítica) e a hierarquização profissional e institucional (que por vezes fere a autonomia profissional, podendo restringir uma intervenção de qualidade). Essas condições repercutem na atuação profissional do assistente social.

Diante do contexto neoliberal ao qual a sociedade está inserida, torna-se primordial que o assistente social compreenda que a realidade é dialética, fique atento com as mudanças que afetam diretamente a vida da população e consiga realizar uma leitura crítica e de totalidade. Considera-se que, para realizar uma intervenção profissional coerente e de qualidade, o profissional deve:

Estar atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas ao nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais. Mas também um profissional versado no instrumental técnico-operativo, capaz de realizar as ações profissionais, aos níveis de assessoria, planejamento, negociação, pesquisa e ação direta, estimuladoras da participação dos usuários na formulação, gestão e avaliação de programas e serviços sociais de qualidade. (IAMAMOTO, 2008, p.143).

O mundo do trabalho como um todo vem sendo modificado, ocasionando precarização das condições de trabalho, seja na esfera pública ou na privada. Esta realidade afeta diversas profissões, dentre elas o serviço social, com baixos salários, contratos temporários e cobranças para realização de atividades burocráticas e rotineiras que não prezam por uma reflexão crítica. É evidente que esses desafios que perpassam o cotidiano profissional ocasionam uma sobrecarga de tarefas que, por vezes, impossibilita que os profissionais possam desempenhar suas funções com coerência e criticidade.

Ressalta-se que o estágio supervisionado é desenvolvido no ambiente de trabalho do assistente social supervisor de campo e, dessa forma, a referida atividade vincula o ensino e a exercício profissional e a precarização das condições de trabalho rebate diretamente na atuação profissional do assistente social supervisor, no desenvolvimento do estágio, na formação profissional de uma força de trabalho especializada e na futura atuação profissional do assistente social.

Considerações finais

A direção social da profissão na contemporaneidade e o significado do estágio no processo de ensino-aprendizagem só podem ser analisados criticamente a partir da categoria trabalho e suas metamorfoses no mundo do trabalho, diante do processo de reestruturação produtiva e seus rebatimentos no Serviço Social. Esses desafios perpassam a profissão em todas as suas dimensões: a profissão enquanto especialização do trabalho coletivo e o Assistente Social enquanto trabalhador inserido na divisão sócio-técnica do trabalho; as diversas formas de lutas, resistências e demandas da classe trabalhadora, através do agravamento da questão social e de suas mazelas.

No campo da formação profissional, a reestruturação produtiva tem refletido na atual crise do Estado e suas formas de respostas à luta de classes. Orientado pelos interesses do capital financeiro e a necessidade de superlucros e ditados pelas orientados pelas prerrogativas neoliberais, observa-se a transformação das políticas sociais em mercadorias, retirando a centralidade enquanto direito e transferindo para a esfera do serviço. Essa reorientação tem contribuído para a crescente mercantilização do ensino superior, através da expansão do ensino privado na modalidade presencial e a distância e, contraditoriamente, a precarização e sucateamento do ensino público.

Toda essa lógica vem desafiar o Serviço Social na defesa do seu projeto profissional e, entre seus princípios, a formação de qualidade e alicerçada em valores humanos genéricos e emancipatórios. A orientação da profissão, a partir da matriz teórica, também enfrenta desafios, frente ao avanço do pensamento pós-moderno.

Esse cenário de intensas transformações sociais tem rebatido na vida social em sua totalidade, nos seus diversos campos: político, econômico, social e cultural. Dessa forma, é necessário preservar a qualidade da formação profissional, seu direcionamento político, procurando através da formação continuada a defesa intransigente dos direitos sociais e de projetos societários emancipatórios.

Nesse contexto, a centralidade do estágio supervisionado e a unidade entre formação e exercício profissional, numa perspectiva de formação continuada, torna-se uma das estratégias de enfrentamento da atual lógica de acumulação capitalista, procurando criar resistência e avançando na defesa do projeto profissional, frente ao desmonte do Estado.

Diante dessa complexa realidade frente aos desafios impostos pelo ideário neoliberal, torna-se relevante criar estratégias de enfrentamento, tais como: compreender e refletir acerca do desenvolvimento do processo de formação profissional, pois, o processo de estágio vincula a formação e o exercício profissional. Nesse sentido, a qualidade e a precariedade de um refletirá no outro. A supervisão de campo também pode apresentar-se como uma forma de enfrentamento e resistência, pois, conforme o estagiário questiona a supervisora em diversos momentos acerca do trabalho profissional, da rotina, da profissão, das demandas, pode propiciar que ela reflita acerca de sua realidade e de sua atuação profissional. Nesse sentido, torna-se possível quebrar o ciclo da rotina para refletir. A formação continuada também é uma forma de resistência, pois possibilita que a profissional se aproxime das UFA, dos fóruns, dos eventos e das discussões da categoria, o que pode ocasionar a construção de conhecimentos, reflexões e análises até da própria atuação do supervisor.

Referências

ABESS; CEDEPSS. Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 nov. 1996). **Cadernos ABESS: Formação profissional: trajetórias e desafios**, São Paulo, n. 7, p. 58-76, nov. 1997.

_____. **Relatório Final da Pesquisa Avaliativa da Implementação das Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social**. São Luís/MA, 2008. (1 CD ROOM).

BOURGUIGNON, J. A. O processo da pesquisa e suas implicações teórico-metodológicas e sociais. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 41-52, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/71/69>>. Acesso em: 23 mar. 2019.

GUERRA, Y; BRAGA, M. E. Supervisão em Serviço Social. In: CFESS; ABEPSS (Org.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, CFESS, 2009. Unidade V.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martin Fontes, 1983.

PAULO NETTO, J. A construção do projeto ético-político contemporâneo. In: **capacitação em serviço social e política social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 1999.

PAULO NETTO, J. A construção do projeto ético-político do serviço social. In: A. E. Mota, M. I. S. Bravo, R. Uchoa, V. Nogueira, R. Marsiglia, L. Gomes & M. Teixeira (Orgs.), **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. P. 141-160, 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PINA, D. **Jornal do CRESS-SP**. Número 84, Julho/Agosto/Setembro – 2016. 71.

OLIVEIRA, C. A. H. da S. Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social: Elementos para reflexão. **Temporalis**, Brasília, DF, ano 1, n. 1, p. 99-110, jan./jun.. 2000.